

Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas

Fernando Antonio Mesquita de Medeiros*

Resumo: Buscamos compreender o modo como a Igreja se insere na sociedade brasileira, ao longo dos anos 1960/70, mantendo ou mudando sua inserção social através da atividade pastoral via movimentos eclesiais; identificando os diversos segmentos da Igreja, dentre os quais a esquerda católica, e os projetos sociais em conflito em seu interior; investigando a produção do imaginário anticomunista, tomando a instituição como sujeito privilegiado dessa produção. Concebermos a existência de uma multiplicidade de tendências em seu interior, ainda que, em momentos diversos desse período, uma ou outra se torne dominante. Diante desta, afirmamos que a *tradição* é o elemento agregador da sua existência temporal e consideramos a capacidade da Igreja em gerar espaços de enfrentamento à situação de dominação, ao tempo em que é ela mesma, utilizada como um instrumento de legitimação desta dominação.

Palavras-chave: Igreja - Esquerda Católica - Anticomunismo

Abstract: We search to understand how the Church is in Brazilian society, over the years 1960/70, maintaining or changing its social integration through pastoral activity for the Church movements; identifying the different segments of the Church, among them the Catholic left and social projects in the conflict in its interior; investigating the production of the anti-communist imaginary, taking the institution as a privileged subject of production. To conceive the existence of a multiplicity of trends in its interior, despite of in different moments of this period, one or another becomes dominant. Given this, we say that the tradition is the aggregator element of its secular existence and consider the ability to generate spaces of the church to face the situation of domination, the time it is itself used as an instrument of legitimating of this domination.

Key-Words: Church - Catholic Left - Anticommunism

“Camponeses ameaçam invadir a Usina Camaragibe insuflados por um padre”. Era a manchete de primeira página do Diário de Alagoas do dia 22 de janeiro de 1964. O padre era Luiz Santos, servidor público, inspetor da 10ª Região do Departamento Estadual de Educação e assistente do Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL). O jornal se referia a notícias chegadas de Matriz de Camaragibe que davam conta do “[...] sério descontentamento nos campos devido à falta do pagamento do 13º salário”. Os camponeses estariam recebendo influência de Luiz Santos, pároco do município, que os estaria insuflando para tomarem atitudes violentas, dizendo-lhes que “[...] Goulart já desapropriou as terras e

que os homens do campo têm direito a elas podendo desde já incendiar os canaviais para plantarem as suas lavouras”.

Informava ainda o jornal que o padre teria enviado, através dos camponeses, um *ultimatum* aos proprietários da Usina Camaragibe: ela seria invadida caso não fosse pago o 13º¹. Conforme o Diário de Alagoas, se os camponeses viessem a cumprir “as sérias ameaças que proferem”, haveria o perigo de derramamento de sangue no município, pois correriam boatos de que “[...] os donos daquela indústria estão prontos a enfrentar os homens do campo com o pessoal que lhe é fiel, recebendo-os à bala”. Mas o mais grave, na opinião daquele jornal, seria “[...] a presença de um sacerdote insuflando os camponeses, quando a sua missão deveria ser de paz, amor e fraternidade”. Para o periódico, o padre estaria se imiscuindo em uma seara que não deveria ser a dele, nem muito menos da Igreja, interferindo no conflito entre trabalhadores e proprietários na Zona da Mata alagoana. Esse era um fenômeno novo e inadmissível para determinados segmentos sociais no estado, particularmente para os proprietários e seus representantes.

O SORAL² vinha desenvolvendo desde 1961 um processo de sindicalização rural na Arquidiocese de Maceió. Outras organizações eclesiais também realizaram uma importante intervenção social no estado, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Muitos dos integrantes dessas organizações, leigos, mas também alguns padres e religiosos/as, constituíram ao longo dos anos 1960-1970, uma “esquerda católica”³ em Alagoas.

Buscamos estudar a atuação da Igreja Católica nos anos 1960-1970, identificando seus diversos grupos e segmentos, dentre os quais essa esquerda católica no interior dos movimentos eclesiais, suas lutas e utopias e os projetos sociais em conflito no interior da

¹ Estava ocorrendo em janeiro uma campanha mobilizada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Alagoas, ao lado do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), pela garantia do pagamento do 13º. Segundo **A Voz do Povo** (Maceió, 18 jan. 1964. p. 1.), órgão oficial do PCB em Alagoas, mais de 50 mil camponeses iriam à greve pela garantia desse direito.

² Organização eclesial congênera ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

³ Cândido Mendes fez uso da expressão em seu livro, **Memento dos Vivos**. A Esquerda Católica no Brasil. Tempo Brasileiro, 1966. Para o caso de Alagoas, tomamos a expressão de SILVA, A. H. L. da. **Alfabetização, sindicalização e cultura popular**. Maceió, 2007. (Mimeo. Inédito – autorizado) Ao tratarmos da “esquerda católica”, pensamos o termo “esquerda” nos aproximando da definição utilizada por Marcelo Ridenti (**Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17.). Como a concebemos, a “esquerda católica” seria, parafraseando RIDENTI, uma força política, no interior da Igreja, crítica da ordem capitalista estabelecida, identificada com a luta dos trabalhadores pela transformação social. Diversos autores denominam esse segmento de “católicos progressistas”, dentre esses, mais recentemente, Lucília de A. N. Delgado e Mauro Passos, “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 94-131; e, também, Severino Vicente da Silva. **Entre o Tíbre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. UFPE/Ed. Ass. Reviva, 2006.

instituição e realizar, de forma aprofundada, a investigação da produção do imaginário anticomunista na sociedade brasileira, particularmente em Alagoas, tomando como sujeito privilegiado dessa produção a Igreja Católica.

Propomos esses focos de pesquisa por concebermos a existência de uma multiplicidade de posições e de tendências no interior dessa instituição, ainda que, em momentos diversos, uma ou outra seja dominante, sobressaindo-se entre as demais. A Igreja pode se mostrar reacionária, conservadora, ao nível das estruturas de representação social, ao nível do discurso tal como ela se articula no plano político, etc. e, ao mesmo tempo podem aparecer componentes que não conduzem a uma política reacionária e de conformismo. Deve-se considerar que esta instituição não é homogênea e que é possível identificar políticas e posicionamentos diversos no nível do episcopado, bem como nos diversos níveis da hierarquia católica e obviamente entre os praticantes do catolicismo⁴, particularmente entre os militantes dos diversos organismos eclesiais. É possível identificar, também, a existência de uma pluralidade de compreensões de *Igreja* e de *missão* que orientaram a intervenção social da instituição, vivenciadas em uma tensão interna e refletindo-se nas práticas⁵.

Essa multiplicidade na Igreja Católica já havia sido percebida por Gramsci ao tratar das vivências religiosas, referindo-se a uma diversidade de catolicismos em seu interior, explicitando que a unidade nessa instituição era apenas superficial e construída com esforços a fim de não se fragmentar, inclusive em estratificações sociais:

[...] toda religião, inclusive a católica [...], é na realidade uma multidão de religiões distintas, freqüentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo. (GRAMSCI, 1978: 144)

Diante desta multiplicidade, afirmamos que a *tradição* é o elemento agregador da existência temporal dessa instituição. Ela caracteriza, dá rosto e é reivindicada pela Igreja, ao mesmo tempo em que é ameaçada por mudanças no decorrer da história e de sua própria história: pela *modernidade*, pelo *comunismo*, etc. Procuramos inserir o estudo do exercício do poder na Igreja dentro do questionamento dessa dinâmica de continuidades e discontinuidades, tradição e mudança. A Igreja, como instituição que prima pela tradição, contribuiu com sua doutrina e dogmas para a manutenção do *status quo* social ao mesmo tempo em que, intervindo na *questão social*, foi capaz de produzir mudança, rompendo com

⁴ Para uma discussão sobre a multiplicidade de posições na Igreja, veja-se GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 133; p. 153.

⁵ Sobre o assunto, veja-se POULAT, E. “Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História”. *Concilium*, Petrópolis, Vozes, n.º 67, pp. 811-824, 1971/7. p. 817.

este *status quo*. Nessa perspectiva, na sua relação com os fieis, ela tanto poderá ser um narcótico quanto uma *arma de luta contra a sociedade capitalista*⁶.

Afastando-se das posições conservadoras e reacionárias de grupos e de segmentos da hierarquia da Igreja, foi se constituindo uma esquerda católica que, se distanciando de *estruturas de sentimento* presentes no contexto da instituição, passou a comungar com outros segmentos da esquerda no Brasil, bem como com intelectuais, de uma nova *estrutura de sentimento*, com vistas a produzir transformações sociais e romper com a lógica dominante da sociedade capitalista. Utilizamos aqui do conceito de *estrutura de sentimento* cunhado por Raymond Williams, para quem, na composição desse conceito,

[...] ‘sentimento’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que **estamos interessados em significados e, valores tal como são vividos e sentidos ativamente**, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis) [...]. (WILLIAMS, 1979:174). (Grifos nossos).

Ao se utilizar do termo “sentimento”, Williams pretende focar os “[...] **elementos especificamente afetivos da consciência e das relações**”. Ele não faz uso de “sentimento” em contraposição ao “pensamento”. Fala de “[...] **pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado**: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada” (WILLIAMS, 1979:174). (Grifos nossos). Fazemos uso desse conceito, exatamente para ir além da perspectiva mais formal presente nos conceitos de ideologia e visão de mundo. Não que não nos preocupemos com estes, buscando identificá-los naquilo que a esquerda católica deixou formulado/consolidado. Mas para além dessa dimensão, o conceito de *estrutura de sentimento* possibilita dar conta do ainda não elaborado, da experiência social enquanto produtora de mudanças.

Fazendo uso do conceito de *estrutura de sentimento*, Marcelo Ridenti (2006: 231) cunhou a noção de “brasildade (romântico) revolucionária”⁷ para compreender as lutas políticas e culturais dos anos 1960-1970, desde o combate da esquerda armada até as manifestações político-culturais. Segundo ele, a “utopia revolucionária romântica” do período “[...] valorizava acima de tudo a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a História, num processo de construção do *homem novo* [...]” (RIDENTI, 2000: 24).

⁶ Sobre essa possibilidade de posicionamento da Igreja e de suas manifestações religiosas, como uma arma de luta, veja-se Florestan Fernandes, **Que Tipo de República**. São Paulo: Globo, 2007.

⁷ Ridenti toma o romantismo na perspectiva assumida por Michael Löwy e Robert Sayre, que o concebem como uma visão social de mundo, por essência, uma reação contra o modo de vida da sociedade capitalista. In LÖWY & SAYRE. **Revolta e Melancolia**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 34.

Essa *estrutura de sentimento* foi partilhada pelos diversos segmentos de esquerda no Brasil nesse período, inclusive pela “esquerda católica”, contudo, concebemos que mesmo dentro desse contexto mais geral, essa “esquerda católica” produziu uma versão diferenciada do “romantismo revolucionário” que buscamos identificar e explicitar. Por isso mesmo, faz-se necessário lançarmos mão da idéia de *campo* formulada por Pierre Bourdieu. A esquerda católica atuou num *campo* dentro da “brasilidade (romântico) revolucionária”. A idéia de *campo*, articulada ao conceito de *estrutura de sentimento*, nos ajudará a compreender as peculiaridades desse grupo e dos indivíduos que o compunham, bem como suas lutas. Assim é importante pensar o espaço social em que atuam esses sujeitos como um *campo*:

[...] isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996: 50).

Afirmamos ainda que essa *estrutura de sentimento* particular aos católicos de esquerda, ao tempo em que fomentou conflitos e rupturas com a hierarquia católica, também foi conquistando certa hegemonia dentro da Igreja Católica no Brasil, influenciando segmentos dessa hierarquia, forçando-a a se afastar dos governos militares, levando-a à oposição ao regime. Foi essa mesma *estrutura de sentimento* que esteve na base do processo de construção e consolidação da Teologia da Libertação, particularmente no Brasil.

Por isso é fundamental considerar que essa esquerda católica, apesar de atuar no interior da instituição não se confunde com essa. Afirmando a existência de uma pluralidade de posições, grupos e segmentos no interior da Igreja Católica, entre os quais se situa essa esquerda, buscamos nos debruçar sobre seus discursos e suas práticas, identificando inclusive a possibilidade de existência de outras *estruturas de sentimento* compartilhadas por grupos e segmentos mais conservadores e/ou reacionários no interior da instituição.

Essa pluralidade nos conduz a formular uma série de problemas com os quais procuramos lidar ao longo da pesquisa. Um dos problemas se refere à dinâmica mudança/permanência. Como a Igreja Católica insere-se na sociedade, particularmente na alagoana, e especificamente como esta instituição insere-se na problemática do social? Como, ao longo das décadas de 1960 a 1970, a instituição mantém ou muda sua inserção social através da atividade pastoral via movimentos eclesiais, a exemplo dos organismos da Ação Católica (JEC, JUC, JOC), do MEB e do SORAL. A temporalidade desses movimentos revela concepções e modos diferentes de pensar a intervenção católica na sociedade.

É no contexto dessa pluralidade que se torna necessário considerar a capacidade da Igreja em gerar espaços (organismos) de enfrentamento à situação de dominação, ao mesmo tempo em que é, ela própria, utilizada como um instrumento de legitimação desta dominação. Como instrumento de legitimação, o anticomunismo, vinculado a uma determinada *estrutura de sentimento*, teria sido uma de suas armas. Assim, pensamos o anticomunismo católico como expressão do pensamento conservador no interior da Igreja Católica, transformando essa instituição em um dos principais agentes na produção do imaginário anticomunista junto à sociedade brasileira, de modo a preparar um contexto propício à instauração de governos militares que expurgassem a ameaça comunista no Brasil.

Esse estudo se situa dentro dos marcos de uma história política⁸, sobre a atuação da Igreja Católica. Para tanto, situamos a pesquisa entre as décadas de 1960 e 1970, considerando esse um período de intensa produção de discursos e de mobilização social no Brasil e particularmente em Alagoas. São os anos da intensa luta social em torno de reformas durante o Governo Goulart, do Golpe de 1964, dos governos militares, da resistência e da luta pela redemocratização do país.

Em relação ao recorte espacial, focamos a atuação dessa instituição especificamente no espaço social que constituía a Arquidiocese de Maceió sem perder as necessárias articulações com o Nordeste, o Brasil e a América Latina. A delimitação geográfica da pesquisa a essa Arquidiocese deveu-se ao fato dela compreender a capital – centro político do estado e da vida eclesiástica, espaço concentrador da intelectualidade local e da militância católica –, bem como a Zona da Mata, centro da vida econômica em torno da agroindústria canavieira e espaço do processo de sindicalização rural desencadeado pela Igreja.

O anticomunismo, produzido e disseminado nesse espaço social, foi pregado pela Igreja Católica através do seu discurso eclesial. Esse discurso, no contexto de história política está sendo compreendido por nós como forma de exercício de poder dessa instituição em sua presença e inserção no Brasil e, particularmente, em Alagoas. O questionamento sobre como nessa Igreja era exercido o poder e quais mecanismos e instrumentos nela se fez uso para esse exercício, se constitui num dos problemas centrais de nossa pesquisa.

No interior da instituição, outra *estrutura de sentimento* esteve vinculada aos grupos mais conservadores e/ou mesmo reacionários responsáveis pela veiculação do discurso

⁸ Referimos-nos aqui à história política originada do movimento de renovação ocorrido a partir dos anos 1980, uma nova história política que se articula com a história cultural, incorporando categorias como as de cultura, cultura política, cultura histórica, memória e identidade. Cf. RÉMOND, R. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

anticomunista. Para realizar a análise do imaginário da Igreja a respeito do comunismo, estamos atentando para as imagens postas em movimento no discurso dessa instituição, dirigido aos fiéis e à sociedade como um todo. Esse discurso se expressou na produção de falas transmitidas de forma escrita, através dos jornais, dos documentos oficiais emanados da Igreja, das cartas pastorais, cartas circulares e declarações eclesiais, etc., mas, também, oralizadas como roteiros ou temáticas para homilias ou os mesmos documentos eclesiais transmitidos e explicados durante as liturgias⁹. A imagem da “expansão do fenômeno comunista” no Brasil passou a povoar o imaginário político do período, em certa medida estimulado pela produção dessas falas, desse discurso. Ocorreu um processo de *constituição* de uma mitologia política¹⁰ em torno do comunismo, *instituída* historicamente e que teve na Igreja um de seus agentes mais importantes.

A *ameaça comunista* no Brasil, pensada como mito, pode ser entendida como uma “*realidade* existente” e também como uma mistificação desta “*realidade*” produzindo uma ação, pondo em movimento uma reação a este “avanço”: o próprio discurso anticomunista que funda e realimenta o mito; e ações, em sentido estrito, como, na esfera eclesial, a *ação social católica* e na esfera temporal o golpe de 1964, que encontra como uma de suas justificativas tal “avanço”. Estamos considerando estas perspectivas, acompanhando a produção textual de prelados, padres, intelectuais católicos, bem como a atuação social dessa instituição.

Atuando como instituição que gesta um determinado discurso anticomunista, acreditamos que ela pode ser pensada como exercendo o papel de *intelectual* na perspectiva que Gramsci dá ao termo. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci tece uma série de considerações sobre a Igreja na Itália, teoriza sobre a mesma, pensando-a seja como *intelectual orgânico* (no mundo católico medieval), seja como *intelectual tradicional* (na sociedade moderna, a partir da derrocada do feudalismo); enfatiza o aspecto político da atuação religiosa na medida em que reconhece a importância do conhecimento dos *fenômenos religiosos* para a compreensão da *sociedade política*¹¹. À medida que Gramsci preocupa-se com a edificação do “sistema hegemônico da classe operária”, edificação que passa pela

⁹ Os documentos eclesiais eram comumente acompanhados por *mandamentos* que determinavam sua leitura e explicação durante as missas. Mesmo os católicos não alfabetizados podem ter sido atingidos pela pregação eclesial anticomunista.

¹⁰ A leitura do mito é feita aqui em três perspectivas: como uma narrativa referente ao passado e que carrega em si um valor explicativo; como mistificação, por alterar os *dados da observação experimental* e contradizer as *regras do raciocínio lógico*; como imaginação criadora na medida em que incita à ação, sendo um apelo ao movimento. Cf. GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. pp. 12-13.

¹¹ Cf. Jean-Pierre Cot. Prefácio à edição francesa de PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 11.

construção, a longo prazo, de uma organização intelectual das classes subalternas, irá identificar a Igreja e a religião como os principais adversários deste projeto ao *nível inferior da ideologia*. A Igreja é para Gramsci a antítese do partido revolucionário (PORTELLI, 1984: 16). A Igreja e a religião (bem como o senso comum) devem, portanto, ser combatidas, pois é a religião católica, e não o liberalismo, a ideologia das massa na Itália (PORTELLI, 1984: 17). Encontra-se aí uma boa razão para que Gramsci preocupe-se em estudar, analisar, teorizar sobre o fenômeno religioso, sobre as condições de formação e distribuição das opiniões religiosas. PORTELLI escreve sobre o método “essencialmente histórico” como Gramsci estuda a religião cristã:

[...] os Quaderni tentam estudar como a religião cristã e a Igreja evoluíram, como, de ideologia e organização intelectual, saídas diretamente das classes subalternas, tornaram-se progressivamente exteriores a elas, acabando por se impor a estas classes.

A história do cristianismo torna-se assim a história do aparecimento, da ascensão e do declínio de uma ideologia e de seus intelectuais, através da análise das funções históricas que ela desempenha em cada período (PORTELLI, 1984: 17).

Além de termos em Gramsci um pensador importante para refletirmos sobre a Igreja historicamente, seu pensamento é também importante para a discussão em torno dos movimentos de esquerda e de contestação nas sociedades contemporâneas, particularmente a partir da sua interpretação sobre a cultura. Para Gramsci, a cultura está no cerne da luta política. Sobre esse assunto, assim se expressa Maria Paula Nascimento Araujo:

O conceito gramsciano chave para o entendimento da política é o conceito de hegemonia: a idéia de que a política não se exerce apenas, nem prioritariamente, pela força, mas sim pelo consenso; pelo compartilhamento de valores, visões de mundo, conceitos éticos e morais e padrões comportamentais. Ou seja, a cultura é um instrumento de força política. É ela – a cultura compartilhada – que sedimenta a hegemonia de um grupo sobre o conjunto da sociedade.

[...] É no terreno da cultura que os diferentes grupos sociais disputam a hegemonia. Se a cultura não é o espaço essencial dessa disputa é, sem dúvida, um dos mais importantes (ARAÚJO, 2002: 341).

Por isso mesmo, esse campo de disputas e conflitos que é a cultura, terá necessariamente que ser levado em conta em uma história da esquerda brasileira para que se entenda “[...] as posturas, práticas, imagens e representações produzidas pela esquerda como frutos desse processo” (ARAÚJO, 2002: 341). E nós acrescentaríamos que esse campo da cultura deve ser levado em conta particularmente na história de uma esquerda católica que teve que se defrontar com outros projetos sociais, políticos e eclesiais no interior da instituição na qual foi forjada.

Referências

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, n. 5, p. 331-353, setembro 2002. Publicação do PPPG em História Social da UFRJ.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- DELGADO, Lucília de A. N. e PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **Que Tipo de República**. São Paulo: Globo, 2007.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- GUATTARI, Félix. & ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 133; p. 153.
- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MENDES, Cândido. **Memento dos Vivos**. A Esquerda Católica no Brasil. Tempo Brasileiro, 1966.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
- POULAT, Emile. “Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História”. **Concilium**, Petrópolis, Vozes, n.º 67, pp. 811-824.
- RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. “Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários de brasilidade”. In RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (Orgs.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Ed. UFPE/Ed. Ass. Reviva, 2006.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.